

O Dever Político Dos Cristãos

Silvio Meincke

Introdução

Os políticos e a política experimentam uma fase de profundo descrédito entre os brasileiros. Há sérias razões para esse descrédito. Há toda uma prática política viciada que começa já na busca do voto. Candidatos e povo têm exercitado uma inventiva cumplicidade para a mercantilização do voto. Uma vez eleitos, os políticos têm cuidado de usar os seus mandatos mais para auto-servir-se do que para servir ao bem comum. Isso leva muitos a pensarem em desistir totalmente de qualquer participação na política. Outros desejam um governo autoritário na esperança de que o mesmo moralize o processo político. Ainda outros ficam a esperar pelo líder forte, íntegro, correto e de bons ideais que conduza o povo com justiça e resolva seus problemas.

Entre os cristãos há muitos que consideram a prática política como indigna para quem se volta às coisas do espírito. Por isso, se abstêm de participar ativamente. Outros optam por um procedimento dicotômico. Dividem o mundo em duas esferas e levam vida dupla: Em casa, são cristãos; lá fora, são políticos. Poucos conseguem estabelecer uma relação integrada desses dois aspectos da vida cristã: A fé e a política.

Importa que o povo¹ volte a confiar, não em indivíduos isolados, não em candidatos que criam novas artimanhas na busca do voto, nem mesmo em pretensas personalidades íntegras e idealistas; importa que o povo volte a confiar em si mesmo, na sua capacidade de organização e no seu poder de participar na edificação da sociedade.

1 — Quando usamos o termo "povo", referimo-nos à maioria dos brasileiros que não têm poder para participar organizadamente nas decisões políticas.

Os cristãos têm o dever de participar. Eles conhecem o amor que nasce da fé e experimentam a libertação interior para servir. O processo político deteriorado por interesses individualistas necessita do sal da comunitariedade solidária dos cristãos.

Para entrar no tema, sirvo-me do documento **DIACONIA EVANGÉLICA**², recentemente aprovado e divulgado pela direção da IECLB. Lemos no documento que "O Novo Testamento distingue entre diaconia e liturgia" (p.1). Liturgia, como culto a Deus, em adoração, louvor e obediência. Diaconia, como serviço ao próximo nas suas variadas expressões. Nas linhas abaixo, tentarei apontar a relação entre a diaconia, como serviço do amor que vem da fé, e a atuação política do cristão.

1 — Política, a Arte de Organizar as Relações Sociais

O ser humano é um ser social. Ele vive em relações sociais. Não vive isolado, sozinho. Convive. Essa convivência, essa rede de relações começa na pequena comunidade familiar, passa pela vizinhança, pela comunidade local, pelo município e se amplia às esferas da comunidade mundial. Nessas relações, cada ser humano depende de outros seres humanos e esses dependem dele. Estabelece-se, assim, uma complementação mútua e comunitária.

Os antigos gregos falavam da organização da vida na cidade. Para a palavra cidade, no seu idioma, usavam a palavra pólis. Daí a palavra política. Quando diziam política, os gregos referiam-se à arte de organizar bem a convivência das pessoas na cidade, o que significa organizá-la para o bem comum.

Política é a arte de organizar o relacionamento das pessoas para o bem comum. Dentro dessa definição da palavra política, toda atuação de indivíduos ou grupos no sentido de organizar a convivência das pessoas é atuação política. Isso inclui as leis sobre o uso da terra, sobre a comercialização dos produtos, sobre a construção de estradas, sobre a criação de escolas, sobre a organização da saúde pública, sobre a preservação das riquezas naturais, enfim, todas as normas, regras e leis que organizam e tornam possível a vida das pessoas, definindo direitos e deveres de cada grupo. A política assim entendida é consequência imediata do fato de as pessoas serem seres sociais, de viverem em relação umas com

2 — IECLB (CEM) — **Diaconia Evangélica** — Síntese e Proposta. Documentos 4, São Leopoldo, 1988.

as outras, de conviverem. Por isso, já o filósofo Aristóteles pôde afirmar que "O homem é político por sua natureza".

Decorre do que estamos afirmando que o ser humano já é político e já tem atuação política bem antes de atuar na política partidária, bem antes de ingressar num partido político, antes mesmo de simpatizar com um ou outro partido. Da mesma forma, age politicamente ao não querer agir, ao omitir-se, ao optar pela neutralidade, pois, nesse caso, não só deixa de contribuir construtivamente, como também colabora com a situação vigente.

A opção pela neutralidade não deixa de ser uma opção. Ela tem, na prática, o efeito de uma decisão a favor da permanência da situação. Também na esfera política, como na vida em geral, o ser humano tem todas as liberdades para decidir-se, menos a liberdade de não tomar decisões, pois a decisão de não tomar decisões já é uma decisão. Havendo, por exemplo, distorções na organização da sociedade, uma decisão pela neutralidade política tem o efeito prático de uma decisão a favor da perpetuação dessas distorções.

2 — O Cristão Na Política

De natureza, o ser humano é um escravo. O Reformador refletiu profundamente sobre essa realidade em seu livro "De servo arbítrio". As pessoas estão presas a si mesmas, manietadas pelos próprios interesses. São escravas do próprio EU e giram em círculo, em torno de si mesmas, capazes de obedecer, somente, aos imperativos do egocentrismo. Para poderem servir, as pessoas precisam antes experimentar a libertação. Cristo liberta, e a fé busca essa libertação que Cristo oferece.

Incapaz de servir ao próximo porque forçado, pelos próprios interesses, a servir a si somente, o ser humano é libertado pela fé em Cristo. Pela fé, o cristão consegue olhar para além dos muros das suas vantagens individuais e encontra um alvo além do círculo dos seus interesses egocêntricos. A fé traz ao cristão um novo centro de referência para a sua vida, suas idéias e seus atos. O novo centro de referência é Jesus Cristo que veio para servir e não para ser servido (Mc 10.45), e cujo maior discípulo é o que serve (Mc 10.44). Podemos, pois, esperar dos seguidores de Cristo, quer como indivíduos, quer como comunidade, que saibam servir desinteressadamente, acima e além da expectativa da recompensa. "Diaconia não se prende à equivalência entre serviço e salário. Sabe dar de graça. Baseia-se na autodoação do amor" (Diaconia Evangélica, p.2).

O citado documento afirma que “pode-se definir diaconia como sendo, por excelência, a ação do amor” (p.3). Esse amor, para o qual a nossa fé nos liberta, “quer ver as pessoas, em situação de bem-estar e de saúde integral” (p.4).

Se acima afirmamos que a política é a arte de organizar a convivência humana para o bem comum; se aqui afirmamos que a diaconia, como ação do amor por excelência, visa ao bem-estar integral das pessoas, percebemos que amor ao próximo e política têm, no mínimo, objetivos semelhantes.

É de perguntar-se se o amor ao próximo pode vir a ser uma expressão de atuação política, melhor: Se o amor ao próximo não seria a maneira mais nobre e mais autêntica de atuar na política. Em que se aproximam e em que se distinguem - devemos perguntar nas páginas seguintes - o bom político, que atua no sentido do bem comum, e o cristão que, em sua ação diaconal, visa ao bem-estar integral das pessoas?

3 — O Amor Age Na Política

Como são incontáveis as tonalidades do verde das matas e dos campos, assim são infindáveis, em sua variedade, as manifestações da vida. A vida humana se realiza na mais ampla diversidade de expressões de alegria e dor, de prazer e angústia, de bem-estar e sofrimento. Por isso, a diaconia, que é o serviço do amor na situação concreta do sofrimento, não pode ser padronizada. Cada situação concreta requer uma nova criação, inventiva, da forma mais adequada de servir.

Dentro da variedade do servir, o documento “Diaconia Evangélica” distingue duas formas gerais de diaconia (p.5):

— Diaconia como misericórdia, que tem olhos para a miséria e se compadece, agindo mais a nível de ajuda ao indivíduo, como fez o bom samaritano.

— Diaconia como ação da justiça, que tem olhos para os direitos das pessoas e denuncia a violação dos mesmos.

Sem dúvida, Cristo espera de nós o amor imediato, o curativo do sofrimento, na forma de assistência social. Mas ele não quer que nos demos por satisfeitos com tão pouco; ele quer que atuemos, também, no sentido de eliminar as causas profundas do sofrimento. O amor é radical. Ele quer mexer com a raiz do sofrimento.

Se tivermos olhos para ver o enorme sofrimento de grande parcela da população brasileira e nos informarmos das causas fundamentais, das raízes profundas da maior parte desse sofrimento, iremos descobrir que as causas e as raízes se localizam na injusta organização da convivência humana. Veremos que boa parte, senão a maior parte das causas do sofrimento são estruturais.

O sofrimento atroz da miséria de milhões não é da vontade de Deus, nem obra do destino, nem conseqüência da preguiça dos pobres, nem mesmo é causado por falta de recursos, já que somos a sétima potência econômica do mundo ocidental. Muito antes, o sofrimento é fruto de leis injustas, feitas sem amor pelos grupos de maior poder contra os fracos. A diaconia, como serviço de amor, na sua forma de socorro imediato, desde o prato de comida, passando pelo curativo e pela construção de creches e asilos, é mandamento de Cristo, sim. Mas esse, talvez, seja o amor em doses pequenas, de migalhas, apenas. O amor abrangente, radical, transformador, que atinge o sofrimento nas suas causas estruturais, quer mudar para melhor a organização da convivência humana, para que haja leis mais justas e acesso igualitário aos recursos da vida, ou seja, às riquezas que Deus semeou de mancheira sobre o nosso país. O amor abrangente e radical tem a ver com a justiça social, quer mudar estruturas sócio-econômicas injustas, quer mexer nas leis, questiona o sistema político-econômico excludente, marginalizante, concentrador de poder e de riquezas, produtor de miséria. O amor abrangente e radical procura vencer a organização sócio-econômica edificada a partir da lógica do capital; quer construir a organização social a partir da dignidade de pessoa como criatura de Deus. Assim, entendemos que o amor abrangente e radical age intensamente na política, porque atua sobre as leis que organizam a convivência humana. É, portanto, um amor que age na política.

4 — Os Partidos Políticos

4.1 — A Sociedade Dividida em Classes Sociais

A sociedade em que vivemos está dividida em classes sociais. Há duas classes gerais distintas e antagônicas: A classe dos donos do capital e a classe dos trabalhadores, ou seja, a classe que vive do capital e a classe que vive do trabalho. A primeira administra o seu dinheiro e o trabalho dos operários e a segunda trabalha com os próprios braços.

Os donos do capital detêm os meios de produção: Eles, por exemplo, compram um terreno, constroem um prédio, adquirem máquinas, buscam matéria-prima, montam uma fábrica. Para produzir, precisam, também, comprar a força de trabalho dos operários. O capital investido cresce através da produção e do lucro, multiplicando-se para novo investimento e aumento da fábrica. Para que o lucro seja maior, o capital quer comprar a força do trabalho pelo menor preço possível e se organiza para tanto.

A classe trabalhadora vende a sua força de trabalho por um salário. Não participa do lucro da produção, gasta o seu salário para o sustento, restando-lhe sempre, apenas, a força de trabalho para vender.

Dentro dessa divisão geral, aparecem variações em ambos os lados. Entre os donos dos meios de produção, aparece a classe dos grandes proprietários de terras, a classe dos banqueiros, a classe dos empresários. Aparecem os militares de alta patente que, ainda que não estejam necessariamente entre os donos dos meios de produção, os têm apoiado contra os trabalhadores.

Do lado dos trabalhadores, aparecem os operários de fábrica, nas suas mais diferentes categorias, os camponeses assalariados, os pequenos proprietários rurais, os microempresários, enfim, todos os que tiram o seu sustento do seu trabalho e não do capital (ainda que possam ter alguma propriedade).

A sociedade organiza-se dentro do conflito, da luta dessas classes sociais que têm interesses diferentes. Tem maior influência na sociedade a classe que tem maior poder. Por exemplo, os trabalhadores sem terra têm interesse em que a sociedade brasileira seja organizada de tal forma que eles tenham acesso à terra. Já os grandes proprietários rurais se organizam e lutam para que isso não aconteça. Esse conflito é centenário (já em 1850 foi feita a lei das terras para impedir que os negros tivessem acesso à terra) e causou mais de 1000 assassinatos só nos últimos 20 anos. Trata-se de um ferrenho jogo de poder, no qual os latifúndios têm saído vitoriosos, porque têm maior poder, a ponto de inviabilizarem, em toda história do Brasil, a reforma agrária, inclusive, agora, na nova Constituição.

4.2 — Origem e Função dos Partidos

O partido político surge como uma associação de um grupo de cidadãos que querem defender os seus interesses políticos. É a associação

de cidadãos que visam a exercer uma determinada influência sobre a formação política do povo. O partido quer assumir o poder ou permanecer nele; quer pôr em execução as suas metas, bem como impedir as metas dos outros partidos, quando contrárias às suas. O partido exhibe programas e estratégias de ação, apresenta pessoas para serem eleitas com o fim de legislar ou governar de acordo com as suas metas programadas. Canaliza as aspirações de grupos e indivíduos e procura conquistar aliados. O partido, ainda, tem a função importante de controlar o poder: O partido que é oposição controla o poder do partido que é governo.

4.2.1 — Democracia e Candidatos

Há quem diga que o importante nas eleições é votar na pessoa certa independentemente do partido. É a pessoa que importa — dizem — e não o partido. Isso é um engano de quem não entendeu que a sociedade é organizada em classes sociais antagônicas, ou de quem não quer admitir isso. Naturalmente, esperam-se do político as qualificações morais, tais como honestidade, amor pela verdade, vontade de servir, correto uso das verbas públicas. Ao lado das qualidades morais, todavia, importa observar a opção de classe do político, porque a atuação política ocorre dentro do jogo de forças das diferentes classes sociais. Um político filiado ao partido apoiado pelos grandes empresários, para citar um exemplo, quando no poder, independentemente das suas qualidades morais, trabalhará pelos interesses dos empresários e não dos operários. Temos tido políticos cristãos sinceramente dispostos a servir, honestos e corretos nas suas atitudes pessoais. Tais qualificações morais, no entanto, não os impediram de militar em partidos que representavam os interesses das classes dominantes contra os interesses do povo oprimido. Pior: não os impediram de militar em partidos que inviabilizaram a reforma agrária, que apoiaram o arrocho salarial, que sustentaram a ditadura militar, que perseguiram, torturaram, cassaram e exilaram autênticos líderes populares. Isto mostra que nem mesmo as qualidades morais individuais são ideologicamente neutras. Também as qualificações morais são submetidas à visão de sociedade e à visão do que seja bem-comum defendidas pela classe social que o candidato e o partido representam.

4.2.2 — Partidos e Democracia

O governo realiza-se dentro do jogo de interesses das classes antagônicas. Governar democraticamente é a arte de governar conflitos de

interesses, sem eliminá-los autoritariamente, como fazem os ditadores. Um governo democrático respeita o direito do povo de governar-se a si mesmo. Instrumentos essenciais para tanto são as eleições livres e o voto livre. Mas é necessário mais. É necessário que o povo tenha acesso ao governo e participação nas decisões, também depois das eleições, através da sua livre organização. Em um governo democrático, o povo participa nas decisões sobre cobrança de impostos e sua aplicação, sobre investimento dos recursos públicos, sobre o que produzir e o que exportar, sobre como organizar a saúde, o ensino e o transporte públicos. O governo democrático é transparente nos orçamentos e na gestão dos recursos, dispondo-se a ouvir e acolher a opinião pública. Os governos dos ditadores, vistos como fortes, na verdade, recorrem aos fuzis e aos canhões, justamente, por serem fracos demais para governar democraticamente. Além disso, os ditadores são suficientemente inescrupulosos para, aliados aos fuzis e aos canhões, impor à força os seus interesses de classe sobre toda a sociedade.

Talvez seja oportuno lembrar que há um conceito de democracia diverso do que descrevemos acima. Trata-se da democracia do capital, do investimento, do lucro, do consumo. É a liberdade do capital, sem controle ou planejamento estatal nenhum. Supõe a propriedade privada e a livre iniciativa e quer a liberdade de aplicação do capital onde ele dá mais lucro sem perguntar pelas prioridades do povo. Assim, podemos compreender que se produz um sem-número de produtos supérfluos e se deixa faltar produtos essenciais, acessíveis ao povo. É que, no caso, os artigos supérfluos dão maior lucro. Podemos compreender, também como podem ditadores louvar a democracia ao mesmo tempo que oprimem o povo e cortam a sua liberdade de organização e expressão. Referem-se, quando fazem uso da palavra democracia, à liberdade do capital, não dos cidadãos. Na recente história do nosso país, concedeu-se ampla liberdade ao grande capital nacional e internacional e controlou-se o povo, os trabalhadores. Assim, a economia cresceu e o povo empobreceu; cresceram as fortunas de alguns grupos e indivíduos, com uma enorme concentração do capital, em detrimento das camadas populares numericamente majoritárias.

5 — Os Partidos e a Igreja

5.1 — O Compromisso com o Reino de Deus

Jesus Cristo traz e anuncia o Reino de Deus. Esse é o seu compromisso, a sua missão. O Reino de Deus é universal, num duplo sentido. É

universal, porque visa a todas as coisas e a todas as realidades; e é universal, porque visa à realidade toda. Assim, quer todas as pessoas e quer a pessoa toda. Por isso, o Reino de Deus está acima de todos os programas político partidários. Quem se compromete com o Reino compromete-se por ele em primeiro lugar, acima de todos os outros compromissos. Do compromisso com o Reino dependem e derivam os outros compromissos. O compromisso com o Reino é prioritário; todos os outros compromissos são secundários, conseqüentes e derivados do primeiro.

Eis por que Jesus não se comprometeu com programas concretos de ação política e social. A Bíblia não apresenta programas políticos concretos de Jesus. Jesus recusa-se, por causa do seu compromisso com o Reino de Deus, a comprometer-se com programas e partidos. Diante do caráter universal e absoluto do Reino de Deus, todo e qualquer programa partidário torna-se provisório, penúltimo, relativo, sempre sujeito à crítica do reino. O Reino de Deus, o domínio de Deus, a vontade do Pai ficam com a última palavra; os programas concretos e os partidos ficam com a palavra penúltima e perdem a sua validade, quando não se orientam pelo Reino. Por isso, o cristão, quando opta por um partido, o fará em conseqüência do seu compromisso com o Reino, por causa do Reino; não tomará decisão anterior acima ou, muito menos, contrária ao Reino de Deus.

5.2 — A Igreja e o Reino de Deus

Até mesmo a instituição Igreja permanece sob a crítica, sob o juízo e a avaliação do Reino de Deus. Ela experimenta o Reino de Deus, mas não o tem como sua posse. A universalidade do Reino de Deus lhe escapa. Ela não o abrange. Nenhuma criação humana, nenhuma instituição, nenhum partido, nenhuma realização concreta das pessoas é idêntica ao Reino de Deus, também não à instituição Igreja.

Essa consciência preserva a Igreja de três tentações, nas quais tem caído no decorrer da história. Preserva-a:

— Da tentação colonialista, quando quer governar a comunidade política, subjugar o âmbito profano ao seu domínio, fazer as leis e sujeitar os povos, como ocorreu nos primeiros séculos da história latino-americana. Agindo assim, a Igreja age como se ela mesma fosse o Reino de Deus.

— Da tentação corporativista, quando quer lançar candidatos seus a cargos políticos, os quais atuariam em favor da instituição, como fez a assim chamada "bancada evangélica" na elaboração da nova Constitui-

ção. Não é tarefa da Igreja fazer política em benefício dela mesma, mas é sua tarefa anunciar o Evangelho assim que os cidadãos realizem a política em benefício do bem comum.

— Da tentação partidarista, quando cria o seu próprio partido, a exemplo dos Partidos Democráticos Cristãos. Não é tarefa dos cristãos criarem partidos, mas é sua tarefa optar pelos partidos com programas mais coerentes com o Evangelho e atuar neles, como cristãos.

5.3 — A Significância Política do Reino de Deus

Não obstante o acima exposto, devemos afirmar, com muita ênfase, que o Evangelho do Reino de Deus é politicamente significativo, justamente por ser universal e abranger a realidade toda e todas as esferas da atuação humana. O fato de Jesus não ter apresentado nenhum programa político concreto leva muitos a pensarem que o Evangelho não tem significância política e que o cristão deve permanecer politicamente neutro. Isso é um engano, porque tudo está colocado sob o mandamento de Deus, sob os critérios do seu Reino, sob a proposta do seu governo, também a organização da convivência humana, ou seja, a política. O governo de Deus diz respeito à pessoa toda, em todas as esferas de sua atuação, não somente à esfera da intimidade ou à esfera religiosa. Ninguém pode dizer: Olha, sou cristão, sim, mas na minha vida privada, e não tenho nada a ver com a vida lá fora; nem pode dizer: sou cristão na vida religiosa, mas na luta política preciso uivar com os lobos. O Reino de Deus é universal, dizíamos, e atinge a pessoa em sua totalidade; a salvação de Cristo é para a pessoa, incluindo o seu direito a alimento, à vestimenta, à moradia, à saúde, à escola, enfim, o direito a sua dignidade de vida, o que diz respeito, diretamente, à organização social, ou seja, à política. É preciso, pois, que entendamos a fé cristã como determinante na prática política.

Assim, podemos entender porque a atuação e a pregação de Jesus geraram um conflito mortal com os poderes públicos do seu tempo; não que Jesus batalhasse por um partido de oposição, não que tivesse criado um programa ofensivo à ordem pública, mas porque estava comprometido com o Reino de Deus. A partir desse compromisso, questionou e condenou as estruturas sociais injustas de romanos e judeus. Em consequência, romanos e judeus se uniram para crucificá-lo.

5.4 — A Igreja e os Partidos Políticos

A missão da Igreja e a tarefa dos partidos políticos convergem na intenção de atuar para o bem comum; divergem por partirem de pontos de vista diversos na definição do que seja o bem comum. A Igreja entende o bem comum a partir da proposta do Reino de Deus; os partidos entendem o bem comum a partir dos interesses das classes sociais a que servem de instrumentos. O centro de referência do cristão e da Igreja é o ensino e a atuação de Jesus Cristo; o centro de referência do partido é o seu programa elaborado em cima dos interesses da classe social que representa. O partido elabora técnicas e estratégias de atuação a partir dos seus interesses de classe; a Igreja e o cristão propõem uma atuação norteada pelo Evangelho do Reino de Deus. O partido quer atrair a si; a Igreja e o cristão querem apontar para Jesus Cristo, para que, a partir de Jesus Cristo, os que crêem façam uma opção pelos partidos, programas, técnicas e estratégias que mais se aproximem dos propósitos do Reino de Deus. No seu apoio, sempre apoiarão criticamente, em caráter provisório, transitório, penúltimo. Por isso, a comunidade cristã jamais poderá ser encampada por um partido, e o apoio de um cristão a um partido jamais terá caráter absoluto.

A Igreja é uma comunidade de fé que lê e interpreta a realidade política à luz do Evangelho e não à luz de um programa partidário. Os fiéis que formam essa comunidade ficam livres para apoiar aquele partido que, ao seu ver, melhor corresponde à orientação do Evangelho. Nessas opções, dificilmente, haverá unanimidade, respeitando-se a livre resposta da fé (Naturalmente, será difícil entender a opção de um cristão por um partido que sustenta ou sustentou uma ditadura, ainda mais, em se tratando de uma ditadura que cassa mandatos eleitorais, que manda ao exílio, que persegue, tortura, mata adversários políticos e destrói as organizações populares).

Também o culto tem caráter político, pelo fato de despertar a responsabilidade dos fiéis de atuarem em favor do bem comum, por anunciar a paz, a conciliação, o amor, a justiça; por denunciar e condenar a injustiça. Mas o culto não se comprometerá com determinada corrente partidária.

Qualquer pronunciamento da instituição Igreja tem caráter político por ser uma instituição inserida na organização social, por fazer parte da sociedade, por atuar sobre pessoas que vivem e atuam na sociedade. Tanto a palavra da Igreja quanto a sua ação quanto, inclusive, a sua omissão, o seu silêncio ou a sua pretensa neutralidade são atitudes polí-

ticas, não necessitando, para isso, nem chegar a pronunciar-se por esse ou aquele partido.

6 — As Raízes dos Atuais Partidos Políticos

6.1 — A Função do Estado

O Estado tem a função de coordenar e integrar todas as associações e comunidades que os cidadãos criam e garantir, com isso, os direitos essenciais das pessoas, inclusive tutelando e reprimindo organizações que transgridem os direitos das pessoas. Para os cristãos, o poder do Estado é legítimo, quando representa o consenso da maioria e respeita o direito democrático dos cidadãos de se governarem a si mesmos, procurando fazer convergir a atuação de todos para o bem comum.

A democracia não é dádiva, nem concessão generosa, nem fruto do acaso, mas conquista do povo que se organiza e participa do poder através de associações, sindicatos, partidos e mobilizações populares. O castigo de quem não participa é ser governado pelos que melhor se organizam, ou sejam, o castigo de sofrer a política. Na história do Brasil, seja por falta de consciência política do povo, seja por impotência diante da astúcia e do golpismo das classes dominantes, tivemos poucos períodos de governo legítimo; períodos limitados demais para um processo de conscientização e de aprendizagem da democracia. Na história recente, tivemos a ditadura de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, e a ditadura militar, iniciada em 1964, cujos entulhos de autoritarismo recém estão sendo removidos, o que acontecerá definitivamente com as eleições presidenciais deste ano. Ambas as ditaduras eliminaram as organizações populares com mão de ferro, cassando mandatos de parlamentares eleitos, prendendo, exilando, torturando e matando, usando-se para isso dos cassetetes da polícia e dos fuzis dos militares como cães a rasgar o povo.

6.2 — Os Atuais Partidos³

6.2.1 — As Raízes

Para verificar as raízes dos atuais partidos, ajuda-nos retroceder até a ditadura de Getúlio Vargas, 1930-1945.

3 — A limitação dos espaços não permite uma apresentação detalhada de todos os partidos. Restamos apresentá-los resumidamente para que, ao menos, se possam perceber suas raízes, suas grandes linhas ideológicas e de interesses de classe e para redescobri-los nos blocos de po-

Para emprestar aparência de legitimidade ao seu governo autoritário, Getúlio Vargas criou, artificialmente, dois partidos: O PSD, com a função de atrair os votos dos grandes proprietários rurais; o PTB, para atrair o voto do trabalhador urbano e das periferias da cidade. No Rio Grande do Sul, esse partido teve a adesão dos fazendeiros da Fronteira Oeste, região de origem de Getúlio e de grande parte dos pequenos proprietários rurais.

Como maior partido de oposição a Getúlio, havia a UDN, com base eleitoral na classe média urbana e nos setores rurais latifundiários derrotados em 1930. Tinha apoio de exportadores e importadores e contava com larga base militar (Cordeiro de Farias, Golbery, Andreazza, Euclides Figueiredo). Era liberal conservadora, apoiava o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e defendia a livre entrada do capital multinacional no País, em oposição ao nacionalismo de Getúlio.

Ao lado desses partidos maiores, havia outros, de menor expressão:

O PR, formado por fazendeiros e empresários tradicionais (o partido vem da velha república, antes de 1930), com alguma força em Minas e na Bahia.

O PRP, de extrema direita, fascista, integralista, cujo maior líder foi Plínio Salgado.

O PSP, com sua principal força em São Paulo, alimentado pelo carisma clientelista de Adhemar de Barros.

O PDC, com intenção de orientar-se na Doutrina Social da Igreja Católica que, na efervescência dos movimentos populares, a partir de 1959, se dividiu em direita, centro e esquerda.

O PL, com forte base eleitoral entre os pecuaristas gaúchos; ideologicamente, não se distanciava muito da UDN, mas não concordava com o apoio da mesma ao capital internacional, por causa dos conflitos

der em que hoje se divide o quadro partidário. Também não é possível, aqui, comentar em detalhes a forma como o regime militar conduziu a questão das eleições, controlando e fraudando as expectativas populares, desde a abertura política "gradual, lenta e segura"; desde os pacotes eleitorais (pacote de abril, Lei Falcão); desde a transição do governo militar para o governo civil, mas tutelada pelos militares; passando à traição, à mobilização popular pelas eleições diretas; passando pelo colégio eleitoral, pela imposição do ex-udenista, ex-arenista, ex-pedessista José Sarney como vice de Tancredo; chegando ao Congresso Constituinte no lugar da Assembléia Nacional Constituinte que o povo esperava. Para maiores detalhes, recomendando: Joviniano de Carvalho Neto — Os partidos políticos no Brasil: De 1945 a nossos dias. *Cadernos do CEAS*, nº 73, p.7-20.

pecuaristas com os frigoríficos estrangeiros. Em seus quadros havia intelectuais parlamentaristas, entre os quais se destacava Raul Pilla.

O PC, com forte base entre os operários estivadores e com a liderança de Prestes, perseguido a partir de 1937.

6.2.2 — O Regime Militar e o Bipartidarismo

O regime militar extingue todos os partidos e cria dois novos, artificiais, sem base popular. Esses partidos serviriam apenas para travestir de democracia a ferrenha ditadura.

Em torno da extinta UDN forma-se a ARENA, com a função de apoiar o regime; em torno do extinto PTB forma-se o MDB, com a tarefa de juntar a oposição num partido controlável e confiável. Para ser realmente confiável, a oposição não devia ter políticos populares em seus quadros. Os que havia, tiveram os seus mandatos cassados, e muitos foram exilados.

Com o passar dos anos e, apesar das continuadas cassações, ao lado de outras medidas castradoras e arbitrárias, o MDB foi crescendo e adquirindo feições próprias de partido político, tornando-se incontrolável. Isso levou à reformulação partidária de 1978, que extinguiu o bipartidarismo, permitindo a criação de novos partidos.

Para o regime, a reformulação partidária foi necessária, pois, com a industrialização do País, o número de operários havia crescido e, com a política econômica do arrocho salarial, os mesmos estavam cada vez mais insatisfeitos. Com o intenso êxodo rural, as cidades tinham crescido e as massas marginalizadas, também, estavam insatisfeitas. Com a Anistia, os políticos cassados ou exilados voltaram à cena e, na maioria, passaram a atuar na oposição. Com a abertura política, ressurgiam os movimentos populares, expressivos a partir de 1959 e massacrados em 1964, agora, fortemente ligados à Igreja, que lhes tinha dado abrigo durante os anos de perseguição. Com o fracasso do "milagre econômico brasileiro" (que fez a economia crescer e o povo empobrecer), desfez-se o encanto da "grandeza nacional". Tudo isso deu forças ao MDB para fugir da tutela do regime. Nem o absurdo institucional de cassar o mandato de senadores eleitos e substituí-los por senadores nomeados, nem a divisão do Mato Grosso, para aumentar a maioria do governo no Congresso, puderam evitar as vitórias eleitorais da oposição. Foi preciso, portanto, que os grupos no poder desde 1964 usassem, mais uma vez, de toda a sua astuta criatividade manobrista para se manterem no poder. O regime recorre, pois, à reformulação partidária, com a qual alcança vários objetivos:

— Divide e pulveriza a oposição em uma porção de partidos menores, embaralha o quadro político partidário e confunde, por algum tempo, os eleitores menos conscientizados.

— Enxuga o MDB heterogêneo, pouco confiável e crescido demais, para trazê-lo de volta à sua função de oposição controlável e confiável para negociações.

— Separa e define os setores radicais à esquerda, que se haviam abrigado no MDB, para melhor controlá-los.

— Abre espaço para a criação de um partido dos trabalhadores, na tentativa de domesticar os intensos movimentos operários.

Resumindo: Independentemente de uma avaliação positiva ou negativa dos efeitos, a reformulação partidária visava ao controle da crescente oposição ao regime, pois que, para ditadores, a alternância do poder é algo como morrer ou ser castrado.

6.2.3 — O Quadro Partidário Atual

Podemos agrupar os atuais partidos em três principais blocos. O primeiro bloco é constituído pelos grupos que apóiam o governo Sarney, ainda que de forma discreta, devido à má imagem do presidente. Tem suas raízes ideológicas e políticas na antiga UDN, passando pela ARENA, chegando ao PDS, PFL, PMDB. Representa a continuidade do modelo econômico implantado pelo regime militar, ainda que reciclado por força do esgotamento da ditadura. Aposta numa saída da crise via pacto social, via plano verão, via negociação da dívida externa, via eleição de um candidato confiável nas eleições presidenciais deste ano. O voto do povo serve-lhe apenas para emprestar legitimidade ao mandato dos seus candidatos, já que o seu verdadeiro poder reside na força econômica do capital transnacional, do grande capital e do latifúndio, apoiados pelos militares, pela UDR e pela Rede Globo. O segundo bloco é formado pelas forças da chamada social democracia, representadas no PDT e no PSDB. Defende avanços econômicos e sociais dentro do sistema capitalista, sem questioná-lo no seu âmago. Para alcançar o poder, os partidos desse bloco estão dispostos a fazer alianças com partidos do primeiro bloco, conforme têm demonstrado em muitos municípios nas últimas eleições municipais. Suas raízes políticas mais fortes localizam-se no antigo PTB e nos setores chamados autênticos do antigo MDB. Conta com a simpatia e o apoio da Social Democracia europeia, com quem Brizola estabeleceu contatos no exílio (Willy Brandt e Mário Soares). Como se sabe, Brizola

perdeu, numa manobra de Golbery, a sigla do PTB para Ivete Vargas, sigla que rasgou, num gesto emocional e simbólico, diante das câmaras de televisão. Antiga sigla abriga hoje militantes da extrema direita, cuja maior expressão nacional é Jânio Quadros. De surgimento mais recente que o PDT, o PSDB reúne dissidentes do PMDB. Apesar de reunir políticos expoentes, como Montoro, Covas, Leiva, Cardoso, o partido, por ter sido criado a partir da cúpula, não conta com bases eleitorais. O terceiro bloco são as forças populares e de esquerda que vêm se aglutinando em torno do PT. Ele representa a força de organização das classes trabalhadoras e outros setores marginalizados pelo sistema político econômico brasileiro. Encontramos aqui os setores que sofreram o arrocho salarial e que foram derrotados na luta pela reforma agrária, além de muitos intelectuais que mais de perto sofreram a perseguição da ditadura militar. As raízes ideológicas e políticas podem ser encontradas no movimentos de educação popular a partir de 1959; depois, nas comunidades eclesiais de base com apoio da Igreja; depois, mais organizadamente em termos de partido, nos movimentos operários, principalmente nas áreas mais dinâmicas da economia como o ABC paulista. As raízes mais profundas atingem as antigas lutas do operariado por salários dignos, do camponês por acesso à terra e do intelectual por liberdade e justiça. Há algumas novidades no PT que merecem destaque:

— Nunca antes os trabalhadores alcançaram, na história política brasileira, uma organização partidária própria de tal expressão.

— Nunca houve tão radical vontade democrática no sentido de respeitar os canais que o povo abre para participar efetivamente das decisões, também depois das eleições, por exemplo, via conselhos populares.

— O PT tem feição comunitária, de trabalho de mutirão, sem o patrocínio de nenhum patrono ou dono de partido.

— O PT reúne setores populares em busca de condições mínimas de vida e não grupos privilegiados que buscam o voto apenas para legitimar o seu poder.

— O PT nasceu com a participação igualitária da mulher.

— O PT se propõe a construir uma sociedade a partir da dignidade da pessoa e não uma sociedade que privilegia o capital em detrimento da pessoa.

— O PT privilegia o conceito “justiça social” ao conceito “grandeza nacional”, para a qual o trabalhador e o povo marginalizado, repetidamente, foram convocados a dar o seu sacrifício; grandeza nacional,

cortina de fumaça, com a qual o regime militar dissimulou tantas arbitrariedades.

O PT tem mostrado coerência de programa, não se mostrou articulável ou maleável, nem se sujeitou a alianças fáceis em busca do poder. Igualmente, não se abriu à migração partidária de políticos oportunistas. É de prever-se que prefira derrotas eleitorais decorrentes da sua coerência à vitória decorrente da incoerência. Isso mostra que se trata de um partido que vem de uma história diferente da dos partidos tradicionais. Surge de todo um processo político de luta popular conscientizadora que o torna confiável aos eleitores simpatizantes e difícil de ser manobrado pelos grupos que sempre detiveram o poder. As eleições presidenciais deste ano, em grande parte, se farão em relação a esse novo partido, a esse novo personagem do quadro partidário nacional.

A história ensina que a direita conservadora vê qualquer organização do povo como subversiva. Quando confrontada com movimentos populares, tem apelado para a astúcia, tem feito uso da tática de adiantar-se e ocupar espaços que os movimentos populares ameaçam conquistar, para fazer à sua maneira o que o povo pretende fazer. Assim se recicla e encena mudanças que não são verdadeiras mudanças. Em consequência, sempre tem conseguido embutir a derrota nas vitórias populares. Basta lembrar o exemplo da mobilização popular pelas eleições diretas que acabaram no colégio eleitoral, com eleições indiretas, onde em torno de 600 eleitores, não eleitos para esse fim, dão o seu voto em lugar do povo; além disso, a imposição de um vice-presidente, articulador no Congresso da oposição às eleições diretas. Um vice-presidente que sempre apoiou a ditadura militar, sem reservas, simbolizando tudo o que o grito pelas diretas queria ver varrido da face do País; com a morte de Tancredo, acaba assumindo "a missão que o destino me impôs: governar o País". Assim como travestiu de democrata o ditador Sarney, a direita — é de prever-se — travestirá de esquerda algum político da direita para esvasiar o discurso e a plataforma popular que se expressa via PT.

7 — A Liberdade Cristã

A salvação em Cristo envolve a pessoa toda. Por isso, a atuação do Evangelho sobre as pessoas é maior do que a esfera política. Essa é apenas uma das dimensões que o Evangelho abrange. Em consequência, a atuação política do cristão é apenas um campo da vida em que a fé se

expressa. Mas é exatamente na atuação política, onde a luta pelo poder e os conflitos dos interesses antagônicos se chocam com violência, que o cristão terá oportunidade de viver e testemunhar concretamente a sua libertação evangélica; de servir desinteressadamente em favor dos excluídos, dos empobrecidos, dos marginalizados.

Não serão os cristãos que construirão a nova sociedade para os empobrecidos, de forma paternal, como se a organização social justa e fraterna fosse uma dádiva generosa. Ela será, muito antes, uma conquista dos próprios marginalizados via conscientização, organização e participação. A tarefa dos cristãos é testemunhar o Evangelho libertador e servir diaconicamente dentro da concretude da mobilização e organização social, para que ela aconteça na perspectiva do Reino de Deus e seja, por isso, democrática, participativa, comunitária, incluída e fraternal.

Os partidos, dizíamos acima, são associações de cidadãos em busca e na luta pelos seus interesses de classe. Nas pequenas cidades, vilas e povoados do interior, os interesses de classe dos partidos podem não transparecer tanto, por causa da falta de organização das classes, por causa dos relacionamentos pessoais mais próximos entre eleitores e candidatos, por causa dos interesses de grupos menores que não passam tanto pela definição das classes. Em âmbito nacional, no entanto, os interesses de um partido apoiado por latifundiários, grandes empresários e banqueiros não serão os mesmos do pequeno agricultor, do operário e da dona de casa da favela.

O cristão tem uma grande oportunidade de atuar acima dos seus interesses de classe. Ele pode defender interesses que não são os da sua classe social, por dois motivos:

— O cristão foi liberto da necessidade escravizante de girar em torno dos seus próprios interesses. Ele conhece um novo centro de referência, fora dele mesmo, que é Cristo.

— O cristão experimenta o amor de Deus, e esse o constringe para o amor ao próximo, abrangente e radical, que vai além do populismo, do assistencialismo, do paternalismo de migalhas, para ser transformador de estruturas político-econômicas injustas e de leis discriminatórias e excludentes, feitas pelas classes sociais mais fortes contra as mais fracas. Na experiência da libertação para o amor, o cristão será capacitado a ter uma nova visão do que seja o bem comum, agora, orientado, não pelos seus interesses de classe, mas pelo Evangelho do Reino de Deus.

Liberto pelo Evangelho, o cristão terá condições de ouvir os empobrecidos, de compreender as suas prioridades, de ler o jogo político com

os seus olhos, de formular a sua concepção de bem comum a partir deles, de inserir-se na sua mobilização e caminhar solidariamente com eles. Tanto mais evangélico será esse seu despojamento quanto menos as prioridades dos empobrecidos corresponderem aos interesses da classe a que ele pertence.

A fé desprende o cristão de si mesmo e orienta-o para a vontade do Pai revelada em Cristo, para as prioridades do próximo mais necessitado e para o futuro do Reino de Deus que se manifesta já aqui, também, na edificação de uma convivência humana justa.